

Resenha - Gary I. Francione; Anna Charlton: *Eat Like you Care: An Examination of the Morality of Eating Animals* (2013)

Gabriel Garmendia da Trindade¹

É errado consumir produtos de origem animal? Há justificativas para fazê-lo? O que dizem as intuições morais humanas mais básicas acerca dos membros de outras espécies? Se essas intuições morais forem seguidas à risca, a quais conclusões podem levar? Esses são apenas alguns dos diversos questionamentos que Gary L. Francione e Anna Charlton problematizam em seu mais novo livro *Eat Like You Care: an examination of the morality of eating animals*.

Francione é professor em Rutgers, The State University of New Jersey, pela qual possui os títulos de *Distinguished Professor of Law* e *Nicholas deB. Katzenbach Scholar of Law e Philosophy*. Dentre as suas principais obras destacam-se: *Animals, Property, and the Law* (1995), *Introduction to Animal Rights: Your Child or the Dog?* (2000), *Animals as Persons: Essays on the Abolition of Animal Exploitation* (2008).

Charlton também é professora na *School of Law – Rutgers-Newark*, onde atua principalmente nas áreas de direitos humanos e direitos animais. Charlton e Francione foram os fundadores da *Rutgers Animal Rights Law Clinic* (1990-2000), a qual possibilitava aos estudantes da instituição receber créditos acadêmicos fora da sala de aula ao trabalhar em casos jurídicos envolvendo animais.

Eat Like You Care marca a primeira grande colaboração literária entre Francione e Charlton desde a publicação de *Vivisection and Dissection in the Classroom: A Guide to Conscientious Objection*, datada de 1992.

Eat Like You Care está dividido em duas seções. Na primeira, Francione e Charlton abordam tópicos distintos referentes à forma como os seres humanos, em geral, percebem os animais não-humanos e suas obrigações morais para com esses. Na segunda seção, os autores apresentam mais de trinta objeções comumente levantadas para justificar tanto o consumo de produtos de origem animal, quanto à exclusão de membros de outras espécies do grupo de seres cujos interesses merecem igual consideração moral.

¹ Doutorando em Global Ethics no Centre for the Study of Global Ethics, Department of Philosophy – University of Birmingham (UK). Bolsista de Doutorado Pleno no Exterior da CAPES/University of Birmingham. E-mail: garmendia_gabriel@hotmail.com.

Ressalta-se que, em decorrência da natureza introdutória de *Eat Like You Care*, buscou-se adicionar à presente análise indicações de passagens relevantes da literatura produzida por Francione². O objetivo de tal abordagem é facilitar e, ao mesmo tempo, enriquecer a reconstrução de alguns dos argumentos delineados no livro aqui problematizado. Ademais, por razões de espaço, optou-se por discutir, neste texto, apenas três das críticas filosoficamente mais expressivas tratadas no decorrer da segunda seção da obra. Feitas as devidas considerações, já é possível dar início ao exame proposto.

Francione e Charlton tomam como ponto de partida as estatísticas anuais registradas pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, em inglês). Essa informa que cerca de cinquenta e sete bilhões de animais não-humanos sencientes são mortos todos os anos para a produção de alimentos. Esse montante, no entanto, não inclui o número de animais aquáticos usados para o mesmo fim, o qual se estima ser, *no mínimo*, um trilhão.

Haja vista os dados acima, Francione e Charlton almejam defender uma única proposição de cunho ético: Se os animais não-humanos possuem *qualquer* relevância no âmbito moral, os seres humanos *não podem* se alimentar de animais ou consumir produtos de origem animal (i.e., excluir todos os tipos de carne, peixe, ovos, leite, queijo e derivados), devendo, assim, adotar uma *dieta vegana* (i.e., vegetais, frutas, grãos, sementes, etc.). Francione e Charlton afirmam que essa proposição está em completa consonância com dois princípios ou intuições morais comumente partilhados pela grande maioria da população e que constituem a sabedoria convencional (senso comum) acerca do peso dos interesses dos animais não-humanos no cenário moral.

A primeira intuição sustenta que existe uma obrigação moral de não causar sofrimento *desnecessário* a seres que possam sofrer. Em outros termos, uma vez que um animal não-humano é capaz de experienciar sofrimento, o seu interesse em não sofrer é tido como alvo direto de consideração em avaliações morais. Ou seja, se houver a necessidade de infligir sofrimento a um animal não-humano, há de se prover uma boa razão para fazê-lo³. Em

² As traduções da obra de Francione apresentadas no decorrer do corpo do presente texto foram realizadas livremente pelo autor.

³ Considere o seguinte cenário. Imagine que Simon, o bom vizinho que mora na casa ao lado, se propõe a queimar vivo um cachorro com um maçarico. A única razão que Simon deu para realizar tal atividade é o fato de que isso irá lhe proporcionar um enorme divertimento. Estaria Simon violando alguma obrigação moral para com o cachorro ao atormentá-lo brutalmente pela mera consecução de seu divertimento pessoal? Como argumenta Francione, a maioria das pessoas não hesitaria em responder que queimar um cachorro com um maçarico por razões de divertimento é uma coisa hedionda e moralmente abominável. Isso porque “uma parte integral do nosso pensamento moral é a ideia de que, sopesados todos os aspectos, o fato de uma ação causar dor conta como uma razão contra essa ação. [...] E não importa se

observância a isso, Francione e Charlton notam que, independentemente de como a noção de ‘necessidade’ possa vir a ser definida, prazer, divertimento ou conveniência não compõem uma boa razão para justificar a imposição de sofrimento a um animal não-humano.

A segunda intuição informa que, embora os não-humanos capazes de sofrer importam moralmente, os seres humanos importam mais. O corolário dessa segunda intuição é a ideia de que, sempre que os interesses mais básicos de humanos e não-humanos entrarem em conflito, haveria de se decidir em prol dos humanos. Por exemplo, se Jane estiver em um bote salva-vidas com um cachorro e outro ser humano, e, devido a uma emergência, ela tiver de decidir qual dos outros dois tripulantes será empurrado para fora da embarcação, o escolhido para perecer no mar será o cachorro.

No intuito de demonstrar como essas duas intuições influenciam diretamente o comportamento e a percepção que os seres humanos têm acerca dos membros de outras espécies, Francione e Charlton valem-se do caso Michael Vick. Em 2007, uma operação policial (*Bad News Kennels*) revelou que uma das propriedades do famoso jogador de futebol americano Michael Vick era o palco de sucessivas rinhas de cães. Apurou-se também que o próprio Vick financiava as brigas e agenciava as apostas. Tão logo as primeiras informações foram divulgadas pela mídia, deu-se início a uma enorme pressão popular para que o jogador fosse punido exemplarmente em decorrência de sua crueldade. Deveras, a comoção foi tamanha que diversas empresas que patrocinavam Vick suspenderam completamente o seu apoio, bem como a venda de produtos endossados por ele. O jogador foi eventualmente sentenciado a vinte e três meses de prisão. Mesmo após ter servido parte da pena e ter sido liberado em 2009, Vick ainda hoje encara a reprovação e hostilidade da população norte-americana.

Qual seria o motivo para essa intensa reação negativa contra Vick? Como explicam Francione e Charlton, o que Vick em realidade fez foi violar a primeira intuição moral já mencionada: para que alguém esteja autorizado a causar sofrimento em outro ser vivo (humano ou não-humano), esse indivíduo deve apresentar uma boa razão para tal. Embora possa haver controvérsia sobre o que, em distintas circunstâncias, poderia ser tido como uma imposição *necessária* de sofrimento, como sugerem os autores, a grande maioria das pessoas⁴ concordaria que

Simon se propôs a queimar por prazer um cão ou outro animal, uma vaca, por exemplo. Nós objetamos a conduta dele em ambos os casos” (FRANCIONE, 2000, p.6).

⁴ Sobre essa questão, Francione destaca: “Dois terços dos americanos entrevistados pela Associated Press concordam com a seguinte afirmação: ‘O direito de um animal viver livre de sofrimento deveria ser tão importante quanto o direito de uma pessoa viver livre de sofrimento’, e mais de 50% dos americanos acreditam que é errado matar animais para a fabricação de casacos de pele ou caçá-los por esporte.

o divertimento e o prazer sentidos por Vick não constituem uma boa razão para infligir sofrimento aos cães que ele utilizava em suas atividades violentas.

Para tornar mais transparente a questão em pauta, Francione e Charlton reconstróem o cenário acima a partir do contexto humano. Considere o seguinte princípio: é moralmente errado espancar crianças. Qualquer um que ouça alguém dizer que é moralmente errado espancar crianças, porém que tal ação estaria justificada caso resulte em divertimento ou prazer para o espancador, provavelmente ficará perplexo frente tal afirmação. Independente de se espancar crianças possa ser considerada uma boa ideia ou não, se divertimento ou prazer puderem ser vistos como uma boa justificativa para praticar tal ato, então não há uma *má* justificativa para espancar crianças. Ou seja, *qualquer* razão dada para administrar uma surra a uma criança seria uma boa razão. Dessa forma, qualquer sofrimento ou dano imposto seria visto como *necessário*. Por conseguinte, salientam os autores, se prazer e/ou divertimento puderem ser tomados como justificativas suficientes para espancar crianças, então o princípio de que é moralmente errado espancar crianças tornar-se-á nulo.

Observado o exposto, é possível notar em que sentido as ações de Vick ferem as duas intuições morais referentes aos não-humanos. Por um lado, Vick causou imenso sofrimento a animais sem ter uma razão suficiente para fazê-lo. Por outro lado, não havia uma real situação de emergência para que o interesse dos cães em não sofrer pudesse ser desconsiderado na equação moral. O único conflito em questão dizia respeito ao interesse de Vick em se divertir e obter prazer com o sofrimento dos cães. Todavia, tal conflito não estava em consonância com as duas intuições morais abordadas. Com efeito, o sofrimento imposto por Vick foi inteiramente desnecessário.

O assunto que Francione e Charlton se propõem a debater subsequentemente se releva bastante polêmico, sendo introduzido através da seguinte afirmação: “Todos somos Michael Vick”. Como enfatizam os autores, o consumo de produtos de origem animal é um tópico de avaliação moral que não se difere em nada da questão das rinhas de cães. O exame dessa temática igualmente deve passar pelo crivo das duas intuições morais humanas sobre os não-humanos. Portanto, a necessidade de impor um montante incomensurável de dor,

Quase 50% consideram animais como sendo ‘iguais aos humanos em todos os aspectos importantes’. Essas atitudes também são refletidas em outras nações. Por exemplo, 94% dos britânicos e 88% dos espanhóis creem que os animais deveriam ser protegidos contra atos de crueldade, e apenas 14% dos europeus apoiam o uso de engenharia genética que resulte em sofrimento animal, mesmo que seu propósito seja criar medicamentos que salvariam vidas humanas” (2008, p.26).

sofrimento e morte a cinquenta e sete bilhões de não-humanos terrestres mais um trilhão de não-humanos aquáticos deve ser seriamente problematizada.

Em primeiro lugar, não há razões para se acreditar que, para se levar uma vida saudável, uma alimentação baseada em produtos de origem animal seja imprescindível. Deveras, como pontuam Francione e Charlton, um número cada vez maior de médicos e especialistas em nutrição tem denunciado o quão prejudicial à saúde humana é o consumo de produtos de origem animal. Independentemente do fato do consumo de proteína animal causar danos ou não a indivíduos específicos, não há evidências que comprovem a *necessidade* de tal dieta para que se tenha uma vida saudável. Assim, mesmo que alguém acredite que não seja possível ter uma vida *mais* saudável por meio de uma alimentação vegana, não há motivos para pensar que uma dieta livre de proteína animal possa fazer com que as pessoas tenham vidas *menos* saudáveis.

Em segundo lugar, a pecuária afeta nocivamente, e de modo alarmante, a distribuição de alimentos e água potável em todo o mundo. Isso se dá devido ao colossal desperdício de proteína vegetal na produção de proteína animal. Por exemplo, para que se possa gerar um quilo de carne bovina são gastos 13 kg de grãos (doravante abreviado “gr.”), 30 kg de forragem (doravante abreviado “fo.”) e 15,415 mil litros d’água (doravante abreviado “ág.”); 21 kg (gr.), 30 kg (fo.) e 10,412L (ág.) para 1 kg de carne de cordeiro/ovelha; 5.9 kg (gr.) e 5,988L (ág.) para 1 kg de carne de porco; 2.3 kg (gr.) e 4,325L (ág.) para 1 kg de carne de galinha. Calcula-se que sejam necessários 11 kg (gr.) para produzir 1 kg de ovos e algo entre 1000 e 2000 galões d’água para gerar um galão de leite ⁵. Ademais, o gado criado nos Estados Unidos consome sete vezes mais grãos do que toda a população norte-americana. Só a quantidade de grãos usada na criação desses animais poderia facilmente alimentar 840 milhões de veganos.

Em terceiro lugar, há um amplo consenso entre pesquisadores de que a pecuária é um verdadeiro desastre ambiental de proporções globais. Sabe-se, por exemplo, que ela é atualmente responsável por 51% do total de emissões mundiais de gases do efeito estufa. Técnicas de produção como a chamada criação intensiva de animais também são ambientalmente danosas. Relatórios indicam, por exemplo, que 1.37 bilhão de toneladas de resíduos animais sólidos são produzidas anualmente apenas no território norte-americano. Esses resíduos contêm altas quantidades de nitrogênio que podem facilmente ser convertidas em nitratos, os quais acabam por contaminar a água outrora potável de 4.5 milhões de cidadãos norte-americanos.

⁵ Em comparação, para produzir 1 kg de arroz utilizam-se 2,497L (ág.); 822L (ág.) para 1 kg de maçãs; 790L (ág.) para 1 kg de bananas; 287L (ág.) para 1 kg de batatas; 237L (ág.) para 1 kg de repolho; 214L (ág.) para 1 kg de tomate. Estima-se que é preciso cem vezes mais água para produzir um 1 kg de proteína animal do que para produzir 1 kg de proteína vegetal.

Além disso, a atividade pecuária é igualmente causadora da destruição de ecossistemas, desmatamento, consumo excessivo de energia, erosão do solo, assim como de muitos outros tipos de poluição.

Consideradas as observações anteriores, qual seria a justificativa para dar continuidade a uma prática que não somente é causa de incomensurável sofrimento para um número absurdo de não-humanos, mas também é lesiva à saúde humana, contribui fortemente para a má distribuição de alimentos e se revela como uma fonte de ininterruptas devastações ecológicas? Como denunciam Francione e Charlton, a real razão para que a esmagadora maioria da população prossiga consumindo produtos de origem animal é porque ela sente *prazer* com isso. As pessoas gostam do sabor desses produtos – e se alimentar deles é algo bastante conveniente, é um hábito. Porém, tanto no ato de comer não-humanos (e/ou produtos resultantes desses), quanto na ação de assistir cachorros brigarem, não há qualquer conflito legítimo de interesses. Não existe qualquer diferença moral entre obter prazer através de rinhas de cães e obter prazer ao consumir produtos de origem animal. Em ambos os casos há imposição de imenso sofrimento e, ao mesmo tempo, *nenhuma* necessidade.

A seguir serão apresentadas três perguntas e suas respectivas respostas extraídas da segunda parte de *Eat Like You Care*.

Os animais sofrem da mesma forma que os humanos? A suposição na qual tal questionamento está assentado é bastante simples: embora os animais sejam capazes de sofrer, os seres humanos sofrem mais. Isso ocorreria porque os membros da espécie humana seriam dotados de certa sofisticação cognitiva ausente em outros animais. Independentemente da veracidade dessa alegação, há de se considerar a possibilidade de que se os não-humanos realmente carecem de certas qualidades mentais, então talvez eles sofram *mais* e não menos do que os seres humanos. Por exemplo, uma consulta com um dentista pode ser uma experiência dolorosa, porém envolve bem menos sofrimento e aflição do que a ida de um cão ao veterinário. O ser humano não só sabe que a dor sentida terminará após algum tempo, mas também por quais motivos ela está sendo infligida (e.g., tratar um dente cariado). Ao passo que o cão não está ciente de nenhuma dessas coisas, o que pode fazer com que o seu sofrimento seja muito pior.

Não é preciso resolver a questão dos direitos humanos primeiro? Essa dúvida pode ter duas origens distintas, má-fé ou falta de uma percepção mais ampla sobre ambos os problemas. Má-fé no sentido de que alguns dos que levantam esse questionamento não estão legitimamente preocupados com nenhuma das duas questões – direitos humanos ou direitos animais –, mas apenas almejam se eximir de suas obrigações para os não-humanos. Esse não é o tópico de

interesse aqui. Todavia, essa indagação poderia surgir de um indivíduo empenhado na luta pelos direitos humanos que ainda não notou a relação direta entre ambas as causas. Como visto antes, o consumo de produtos de origem animal colabora enormemente para a péssima distribuição de alimentos e água potável para milhões ao redor do mundo. A exploração de animais e a violação de direitos humanos estão profundamente interconectadas. Por conseguinte, alguém engajado na defesa dos seres humanos também deveria demonstrar inquietação com a escravidão não-humana.

E quanto às plantas? Essa pergunta carrega a suposição de que vegetais seriam capazes de ter algum tipo de experiência consciente subjetiva. A réplica para essa ideia está dividida em três partes. Em primeiro lugar, a diferença entre “reação” e “resposta” – fundamental para essa discussão – precisa ser levada em conta. Seres sencientes (i.e., que possuem uma consciência subjetiva) exibem respostas, enquanto seres não-sencientes (ou objetos inanimados) exibem reações. Animais respondem a estímulos, plantas reagem a eles ⁶. Em segundo lugar, não há qualquer evidência de que plantas apresentem qualquer tipo de atividade mental, interesses, preferências ou desejos. De fato, se vegetais fossem capazes de sofrer, isso seria evolutivamente contraproducente. A senciência não apenas seria inútil às plantas, mas também as prejudicaria. Em terceiro lugar, mesmo que as evidências estejam totalmente incorretas e plantas possam sofrer, ainda assim o consumo de produtos de origem animal não estaria justificado. Deveras, como observado anteriormente, a produção de proteína animal exige um gasto excessivo de proteína vegetal. Ou seja, mesmo em um cenário hipotético em que plantas fossem capazes de sofrer, o consumo de animais ainda causaria muito mais dano do que o consumo de vegetais.

Para finalizar, ao menos duas críticas podem ser tecidas contra Francione e Charlton. Em primeiro lugar, diferentemente de outras publicações dos autores, *Eat Like You Care* não denuncia a existência de algo intrinsecamente ruim e moralmente objetável tanto na criação de não-humanos para consumo, quanto na exploração animal institucionalizada como um todo. Francione e Charlton frisam que não é seu intuito apresentar uma defesa dos direitos animais em *Eat Like You Care*. Todavia, a falta de um argumento de ordem puramente ética contra a escravidão não-humana – e em prol do valor inato presente em todos os seres sencientes – pode transparecer a ideia de que a adoção do veganismo é algo subjetivo, em vez de uma ação moralmente obrigatória.

⁶ Por exemplo, se fosse liberada uma forte descarga elétrica numa cerca de metal na qual um sino fora pendurado, este iria soar. Ou seja, ele *reagiria* à descarga elétrica. Se a mesma descarga elétrica fosse infligida a um cão, este *responderia* à dor experienciada.

A defesa da mudança de um paradigma exploratório para um paradigma no qual os membros de outras espécies são livres, temática central em outros trabalhos dos autores, foi deixada de lado para a estruturação de argumentos mais persuasivos em favor do veganismo. Tal abordagem estratégica, embora se encontre em consonância com a mudança de paradigma supracitada, acaba revelando-se fundamentalmente incompleta. Em suma, Francione e Charlton poderiam ter se valido de ambas as intuições morais humanas acerca dos não-humanos para expor aos seus leitores ao menos *um* argumento contra o mal inerente da exploração de seres sencientes em nível institucional – algo que é feito com elegância em outras de suas publicações.

Em segundo lugar, a própria noção de veganismo não é suficientemente problematizada. Francione e Charlton escreveram *Eat Like You Care* tendo em mente que os seus leitores considerariam seriamente a adoção do veganismo. Mas o que exatamente isso significa? Os autores, como exposto no início desta resenha, sustentam a proposição de que se os animais não-humanos possuem qualquer importância no campo da moralidade, então os seres humanos deveriam optar por uma alimentação vegana (baseada no consumo de proteína vegetal). Seria apenas isso, todavia, o veganismo?

No decorrer de *Eat Like You Care*, Francione e Charlton deixam transparecer a ideia de que o veganismo, muito mais do que uma simples dieta, seria algo mais parecido com um princípio de justiça. Tal princípio estaria ao menos parcialmente fundamentado em ambas as intuições morais humanas previamente trabalhadas. Ou seja, haveria uma dimensão abertamente moral na prática do veganismo – independentemente de como os autores entendem isso. É compreensível, haja vista o foco do livro na crítica ao consumo de produtos de origem animal, que não tenham sido mencionados outros aspectos-chave do veganismo – e.g., não vestir peles, lã, couro ou seda; evitar a utilização de produtos ou medicamentos testados em não-humanos; entre outros. Mesmo assim, o espaço e o tempo dedicados à investigação do que vem a ser um vegano poderiam ter sido significativamente ampliados.

De fato, Francione e Charlton não fazem nenhum favor a si mesmos, ou aos seus leitores, ao afirmarem coisas como “muitos animais são veganos” (2013, p.100) sem, no entanto, esclarecer minimamente o que isso quer dizer. Em suma, a falta de uma problematização mais rigorosa do conceito e, por conseguinte, da prática do veganismo acaba por obscurecer muitas passagens e trazer confusão a uma obra cujos objetivos fundamentais são exatamente desmistificar e divulgar o veganismo. Com isso em vista, recomenda-se que os leitores de *Eat Like You Care* complementem a sua análise do livro com outras obras escritas por Francione ou Charlton, onde um exame dos múltiplos tópicos aqui abordados é realizado em maiores detalhes.

Referências

FRANCIONE, G. L. **Animals as persons**: essays on the abolition of animal exploitation. New York: Columbia University Press, 2008.

_____. **Introduction to animal rights**: your child or the dog? Philadelphia: Temple University Press, 2000.

_____. ; CHARLTON, A. **Eat like you care**: an examination of the morality eating animals. Logan: Exempla Press, 2013.